

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**CULTURA POLÍTICA E PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS NO  
BRASIL NA DÉCADA DE 1980**

Uvelton Firmino dos Santos

Araguaína/TO  
2016

Uvelton Firmino dos Santos

**CULTURA POLÍTICA E PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS NO  
BRASIL NA DÉCADA DE 1980**

Trabalho apresentado pelo acadêmico Uvelton Firmino dos Santos como requisito para obtenção de nota na disciplina de Monografia II do curso de História da Universidade Federal do Tocantins/UFT Araguaína/TO.  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Victor Vieira

Araguaína/TO  
2016

**UVELTON FIRMINO DOS SANTOS**

**CULTURA POLÍTICA E PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS NO  
BRASIL NA DÉCADA DE 1980**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Tocantins campus de Araguaína do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do Grau de licenciado em História.

**Aprovada em 22, de dezembro de 2016.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Victor Vieira

Orientadora/UFT

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luciano Galdino da Silva

Examinador/UFT

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Braz Batista Vas

Examinador/UFT

Araguaína/TO  
2016

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, todo poderoso, que foi o responsável por minha existência.

Aos meus queridos pais, pela educação que me deram que de forma direta ou indiretamente me incentivaram e me apoiaram em todos os momentos.

A minha esposa, que acreditou no meu potencial e contribuiu com gentileza nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, pela solidariedade, segurança e harmonia em qualquer circunstância.

E a todos os professores, com ênfase a minha orientadora, por me ensinar a mergulhar confiante no acesso do conhecimento.

... O meu muito obrigado! O meu agradecimento a todos os professores, em especial a minha Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Martha Victor, por suas contribuições.

## DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus, autor da vida.

Aos meus amados pais, Manoel Firmino dos Santos (in memoriam) e Maria das Graças dos Santos, que me ensinaram e me ajudaram na escola da vida.

Aos meus irmãos Washington Luiz, Márcia Rejane, Viviane, Wellington e Pauliana pelo apoio e carinho.

A minha esposa Ângela Maria pela ajuda e dedicação.

Aos amigos que fiz no decorrer da minha graduação, que vão estar sempre presentes nas minhas orações.

E também agradeço as pessoas que colaboraram ainda com críticas, construtivas é claro, pois só assim formamos uma sociedade crítica, obrigado.

## RESUMO

A presente monografia tem como tema a Cultura Política e Perspectivas Democráticas no Brasil na Década de 1980. O objetivo é analisar a leitura que os intelectuais brasileiros, contemporâneos da década de 1980, fazem desse período de transição, a fim de compreender quais as expectativas em relação à redemocratização do Brasil. Esse trabalho busca registrar e fazer uma discussão sobre a história política mais recente do Brasil, tendo em vista a trajetória conturbada que teve a democracia desde a proclamação república até os anos de 1980 com o fim do regime militar. Para melhor compreender essa questão mapeamos as “oposições” à ditadura militar, ocorridas após 1974, e apresentamos alguns apontamentos sobre as características da democracia e sobre o conceito de cultura política.

**Palavras-chave:** Democracia no Brasil. Ditadura Militar. Cultura Política

## **ABSTRACT**

This monograph focuses on Political Culture and Democratic Perspectives in Brazil in the 1980s. The objective is to analyze a reading that the contemporary Brazilian intellectuals of the 1980s they do this transition period, in relation to the redemocratization of Brazil. This paper seeks to record and discuss a more recent political history in Brazil, in view of a troubled trajectory that has had a democracy since a proclamation until the 1980s with the end of the military regime. For more, this question is a discussion of the concept of political culture.

**Keywords:** Democracy in Brazil. Military dictatorship. Political Culture.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	11
A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA .....	11
2.1 A LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA: DE GEISEL A FIGUEIREDO .....	11
2.2 A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	15
2.3 O NOVO SINDICALISMO.....	20
CAPÍTULO II.....	23
AS PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS DA DÉCADA DE 1980 .....	23
2.1 O CONCEITO E OS TIPOS DE CULTURA POLÍTICA.....	23
2.2 CARACTERÍSTICAS DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO .....	24
2.3 OS INTELECTUAIS BRASILEIROS E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA DÉCADA DE 1980.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	34

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de momentos de pesquisa, discussões e reflexões estimuladas pela necessidade de procurar entender o que se passara na década de 1980 no Brasil. Nosso objetivo é compreender o que pensavam os intelectuais que foram contemporâneos do processo de transição democrática, haja vista que, como diz o jurista Goffredo em entrevista à Folha de São Paulo (2005), “nunca chegaremos em uma democracia plena”.

A palavra democracia existe desde o mundo antigo, mas foi no contexto moderno, com o fim dos governos absolutistas e com a ampliação dos direitos dos cidadãos, que esse conceito passou a circular e ter maior inteligibilidade. No Brasil, a ideia democrática foi ganhando força, sobretudo, após a proclamação da República em 1889. Contudo, devido aos vários governos autoritários brasileiros (República da Espada, Ditadura Vargas, Ditadura Militar), a democracia no Brasil demorou a se fortalecer, passando a ser uma ideia-força apenas a partir de 1974, com a abertura política feita por Geisel e a extinção do AI-5 em 1978.

No início dos anos de 1980 a democracia tornou-se uma espécie de palavra de ordem, sendo recorrentemente usada na imprensa, nos artigos e manifestações de rua, feitas por artistas, estudantes e trabalhadores. Tendo em vista esse quadro, pretendemos analisar alguns textos, produzidos na década de 80, a fim de compreender quais as perspectivas democráticas veiculadas pelos intelectuais desse período. Nossa intenção é compreender o que se entende por democracia e o que se espera do futuro democrático no Brasil.

Como fonte de pesquisa utilizaremos alguns textos presentes em duas coletâneas – principais - escritas na década de 1980: *Direito, Cidadania e Participação*, organizado por Bolívar Lamounier, Francisco W. Weffort e Maria Victória Benevides e *Democratizando o Brasil* organizado por Alfred Stepan. Notamos que os contemporâneos que falam dos acontecimentos daquele período demonstram estar bastante preocupados em compreender e defender essa proposta política-democrática, embora o cenário fosse de grande incerteza e temor devido à manutenção da ação da linha dura, que continuava atuando, algumas vezes, à revelia das orientações do presidente militar.

Há certo consenso quando se diz que a ditadura brasileira diferiu dos demais regimes ditatoriais da América Latina, sobretudo, porque manteve as eleições diretas

para o Congresso e indiretas para a presidência. Contudo, somente a manutenção de eleição garante um Estado democrático? Acreditamos que não. Por essa razão, consideramos relevante investigar o que diziam os intelectuais que protagonizaram a transição democrática no Brasil, a fim de melhor compreender o tipo de cultura política existente no país nesse período.

## CAPÍTULO I

### A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

#### 2.1 A LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA: DE GEISEL A FIGUEIREDO

O século XX brasileiro foi marcado por idas e vindas no que se refere aos direitos. Em 1945, a população brasileira vivenciou um período conhecido como primeira transição democrática com o fim do Estado Novo e retorno das eleições. O interregno democrático, contudo, não durou muito tempo, porque em 1964 houve o golpe civil-militar.

Durante o período da Ditadura, os militares diziam que queriam salvar a democracia, por isso defendiam a manutenção da lei de segurança nacional. Contudo, foi somente em 1974 que se começou a falar de liberalização política, a partir do governo de Ernesto Geisel.

Geisel assumiu o governo prometendo retorno à democracia por meio de um processo lento, gradual e seguro. A chamada “distensão” tinha como objetivo assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. O projeto de redemocratização concebido por Geisel previa a adoção de um conjunto de medidas políticas liberalizantes, cuidadosamente controladas pelo governo. Isso incluía a suspensão parcial da censura prévia aos meios de comunicação e a revogação gradativa de alguns dos mecanismos mais explícitos de coerção legal presentes no conjunto das leis em vigor, que cerceavam as liberdades públicas e democráticas e os direitos individuais e constitucionais (ALVES, 2005, p. 223).

É preciso salientar, porém, que o projeto de distensão não significava a crença na democracia, tanto por parte de Geisel como dos militares que participavam de seu governo. Na verdade, a distensão era um projeto preconizado como uma "saída" para que as Forças Armadas se retirassem do poder. Depois de dez anos de ditadura militar, período em que três generais governaram o país, as Forças Armadas se desgastaram, provocados pelo controle que o regime submetia a “sociedade civil, pela aplicação seletiva do poder coercitivo” (ALVES, 2005, p. 225).

Os agentes da abertura política do Brasil estavam representados, por um lado, na pressão externa, no que diz respeito aos condicionantes da economia mundial, por outro lado, no projeto de abertura do poder militar e na oposição, que segundo Alves (2005)

fez uma ação autônoma, porém condicionada. A ação da oposição estava condicionada ao governo, que, apesar de dar certo espaço para movimentação, manteve a atuação política sob seu estrito controle.

O sistema eleitoral estabelecido por Geisel parecia garantir a escolha livre do eleitor, mas mantinha-se sob sua guarda. Esta oposição vai se fortalecer cada vez mais e a partir de 1977 quando há um acirramento das mobilizações contra o regime, devido aos efeitos da crise do petróleo e a “ressaca” do milagre econômico (ALVES, 2005, p. 265).

Organizações como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como setores da Igreja Católica, iniciam duros ataques à atuação dos militares na repressão política, denunciando seguidamente violações aos direitos humanos. (SILVA, 1990, p.377).

Com a crise econômica verifica-se que: “Amplios setores da elite passaram à oposição, empenhando-se em táticas de pressão para obrigar o Estado à liberalização”. Uma parcela dos grupos da elite se indis põs com o Estado; não mais o considerando como um aliado, pois este era autoritário e desnecessário à proteção de seus interesses. Posteriormente ao Ato Institucional nº 5, pertencer a um determinado setor social deixou de significar proteção. Uma parcela dos setores médios e superiores acabou sendo atingida pela violência da repressão, com ataques a estudantes universitários e a jornalistas como o Vladimir Herzog, por exemplo, que foi morto na sede do DOI-CODI paulista. Diante dessas circunstâncias o Governo militar acaba ameaçado pela perda de apoio destes setores chave da elite e por contradições dentro do próprio corpo militar (ALVES, 2005, p. 266).

Com a eleição de João Batista Figueiredo, o governo inicia uma nova etapa da política de “distensão” com a ampliação da liberalização e “abertura” controlada pelos estrategistas do Estado. Contudo, para a efetividade da liberalização foi fundamental o papel desempenhado pelos setores de oposição da elite durante estes dois governos. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), OAB, ABI e grupos organizados do MDB enfrentam o Estado questionando sua legitimidade e impedindo o retorno de medidas coercitivas. Com tudo, é nesta fase que a emergência do movimento popular também virá a ser um dos elementos significativos da oposição ao Governo. Tanto organizações ligadas à Igreja, quanto organizações seculares organizaram-se, e conseguiram se mobilizar.

Durante o tempo do Estado de Segurança Nacional, as associações de moradores e favelados desempenharam um papel decisivo na organização dos pobres. A partir de suas organizações locais, a população aprendeu a coordenar campanhas mais amplas, em nível estadual ou nacional, para pressionar o governo (ALVES, 2005, p.278).

O revitalizado “movimento sindical” começa a se caracterizar como uma importante força política em 1977. O movimento luta para readquirir o controle sobre os sindicatos, organizar novos e fortalecê-los; acumulando força e consciência política suficientes para exercer impacto sobre o Estado. Em 1978, as greves, que projetariam Luís Inácio Lula da Silva no cenário nacional, demonstram a rearticulação do movimento operário e o movimento trabalhista fica em primeiro plano na cena política. Porém, a severa repressão à greve dos metalúrgicos de 1980 deixa bastante claro os limites da “abertura política”; a pressão popular, quando constituísse ameaça ao modelo de desenvolvimento econômico, não seria admitida. Do ano de 1980 em diante, as greves passaram por um avanço e já não aconteciam de forma tão espontânea, mas, mais organizadas e com maior poder de decisão dos sindicalizados. Os rumos da liberalização foram expressos, então, a partir desta conjuntura de greves.

Uma sociedade definida estritamente pelos parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento é aquela em que qualquer manifestação enérgica de insatisfação econômica e social constitui “pressão” inaceitável, quando parte de setores não pertencentes à elite (ALVES, 2005, p. 313).

É neste momento que o empresariado vai retomar seu contato com os militares, impedindo este avanço do operariado. “Nesse sentido, necessitam da atuação do governo na repressão aos movimentos operários para impedir que a abertura tome rumos indesejados” (SILVA, 1990, p. 378).

Ainda em 1979, mais um passo é tomado em direção a abertura política. A Anistia Política parcial é concedida no governo do general Figueiredo, resultado de negociações do governo com a oposição. Isso se configura como um passo adiante, pois muitas lideranças afastadas do processo político voltaram a se reorganizar, e os anistiados puderam se candidatar em função da mudança na Lei das Inelegibilidades. No entanto, o acordo firmado para a implementação da anistia foi feito nos moldes das preferências dos setores militares de linha dura; não concedendo anistia aos que participaram da luta armada e cometeram “crimes de sangue”, e nem permitindo

possibilidade de reorganização de um partido legal aos condenados pela Lei de Segurança Nacional. Além disso, a Lei concedia perdão incondicional aos integrantes do aparato repressivo que estivessem envolvidos ou que praticassem a tortura, ou seja, o regime buscando maneiras de livrar-se de possíveis punições para seus membros que usaram de força (ALVES, 2005, p. 321).

A Anistia favoreceu, sobretudo ao regime, na medida em que “eliminava a possibilidade de denúncia criminal contra os acusados de práticas de tortura.” (ALVES, 2005, p. 323). Este modelo de Lei também dificultou, e dificulta até hoje, as investigações sobre atividades praticadas na época, constituindo, por tanto, uma derrota para a oposição. O governo, a partir de suas posturas em relação à oposição, seja ela de elite ou movimentos sociais, revela cada vez mais que a liberalização aconteceria dentro dos seus moldes e que não deixaria a oposição decidir o rumo das ações que seriam tomadas.

Do ponto de vista do Estado de Segurança Nacional, o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura. Ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com os partidos e instituições civis dos setores de elite, o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora (ALVES, 2005, p. 308).

Com a reforma da lei partidária, em 1980, começaram a ressurgir e criar-se novos partidos no Brasil. Esta década é notória, pois outros países da América Latina também passavam pela mesma fase de transição à democracia.

Após experiências traumáticas, estes Estados voltavam a ser administrados por governos civis eleitos direta ou indiretamente pelo voto popular. Era evidente que a democracia se tornava uma necessidade imperiosa, mas também era notório que todas as virtudes do sistema democrático não ajudariam per se a resolver os problemas sociais e econômicos (BARRIENTOS, 2009, p. 44).

A Lei da reforma partidária surge do entendimento, por parte do governo de que, em função do crescimento dos movimentos de oposição à ditadura, a manutenção do bipartidarismo acabaria ocasionando um desgaste ainda maior das bases de sustentação política do regime. A ARENA e MDB são extintos e, logo de início, surgem o Partido Democrático Social (PDS), partido dos políticos governistas, e o PMDB, originado do antigo MDB. O antigo PTB de Brizola, que após divisões em função da perda da legenda se divide em Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além destes com maior expressão, surgem também o Partido dos

Trabalhadores (PT) de mobilização popular e o Partido Popular (PP) de Tancredo Neves, composto por conservadores do antigo MDB (SKIDMORE, 1988, p. 62-73).

O processo que havia sido iniciado por Geisel em 1974 continua durante o mandato de Figueiredo, que convocará eleições diretas para governadores após muita pressão por parte dos partidos de oposição recém-formados e também de parte do governo. As eleições de 1982 demonstram vitória dos partidos contrários em relação ao governo federal, que elege candidatos em doze dos 26 estados da federação. Porém, em função do Pacote de Abril, o governo ainda consegue manter a supremacia no Congresso Nacional, fortalecendo a presença do PDS, partido da situação, com os senadores biônicos e a dominação do colégio eleitoral. Esta eleição esteve representada pelo partido do governo e pelo PMDB, outros partidos não conseguiram expressão neste momento. “Os partidos civis eram meros coadjuvantes, além de estarem divididos entre o partido do governo (ARENA - PDS) e a oposição consentida (MDB - PMDB).” Além destes, o PDT elegeu um único candidato, Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro (BORGES, 2003, p. 21-22).

## **2.2 A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**

No Brasil, embora houvesse grande pressão popular, desde o final de 1970, a transição democrática foi negociada e feita pelo alto, pelas elites. Essas elites diziam que queriam a democracia, contudo, no que tange aos militares, essa redemocratização deveria ser “lenta, gradual e segura” (SKIDMORE, 1988).

Apesar desse projeto dos militares de realizar a democracia lentamente, os movimentos sociais irão pressionar o governo reivindicando melhores condições de vida e mais direitos civis.

Uma juventude composta por homens e mulheres com a faixa etária de 16 ao máximo 30 anos vinham desde a década de 1960 com uma participação bastante ativa. Essas pessoas estudavam em ensino secundarista e em universidades. Seus costumes e práticas ainda estavam ligados a geração de seus pais, mas, ainda sim, sugeria algumas mudanças nos comportamentos. Dentro dessa nova geração tínhamos aqueles que queriam uma “Revolução” moderada, sem muito derramamento de sangue, sem conflitos sociais e armados, mas também tínhamos aqueles que queriam mais que tudo

fazer uma “Revolução” através das armas, de derramamento de sangue. Tomar de qualquer maneira o poder através da força, conforme elenca Ventura;

UNE/ UME –De longe, percebia-se que as duas maiores lideranças nacionais dos estudantes — Vladimir Palmeira, presidente da UME, e Luís Travassos, presidente da UNE — tinham posições divergentes. Dava para notar que uma era "moderado" e outro "radical", mas nem sempre era possível ver que uma questão menos formal dividia as duas lideranças. Não eram apenas os métodos, mas também o conteúdo político, o que afastava os dois. Na verdade, tanto um quanto o outro refletiam tendências políticas de organizações clandestinas. (VENTURA, 1988, p. 69)

Outras instituições que tinham certo tipo de conduta moderada ora faziam negociações com o Estado, ora faziam negócios com as juventudes e os sindicatos, a Igreja Católica tinha esse papel fundamental para evitar mais mortes e os próprios sindicatos trabalhistas por ser bem próximo das três classes (os estudantes, Estado e a igreja).

A própria juventude ainda era bem dividida, existiam aqueles que apoiavam o Regime Militar, os chamados Comando de Caças aos Comunistas que eram compostas por algumas pessoas da sociedade e por estudantes universitários e secundaristas. O CCC provocou vários ataques a canais de comunicações, e o mais bárbaro deles foi o sequestro e assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto em Recife em 1969 segundo o jornal Folha de São Paulo (FOLHA S. PAULO, 2004).

O AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi à expressão mais devastadora da Ditadura Militar Brasileira. Vigorando até dezembro de 1978, produziu, assim, uma série de eventos arbitrários que deixam sequelas até hoje.

É neste momento em que as manifestações ganham mais forças e começam a sair de pequenos grupos entrando assim em outras famílias, outros Estados e instituições. Um dos principais objetivos do AI-5 era: “Congresso em recesso por tempo indeterminado 2- Habeas-Corpus suspenso para delitos políticos 3- Poder para caçar, demitir, aposentar e remover - como demonstra o jornal Folha de São Paulo”. (GOFFREDO, Folha de S. Paulo, 2005).

Segundo os militares essas ações dentro do Ato eram para alavancar a então chamada por eles de “Revolução”. O resultado foram vários presos políticos, mandatos

foram cassados, muitos policiais foram aposentados compulsoriamente, outros demitidos, jovens presos, torturados e mortos.

Uma das primeiras ações do Governo Militar, após a instauração do AI-5, foi decretar a prisão de alguns professores e alunos do campus Darcy Ribeiro, na UNB, que se diziam claramente contra as ações ditatoriais do governo no dia 29 de agosto 68. Assim demonstra o site *Direito à Memória*;

Com o decreto, agentes das polícias Militar, Civil, Política (Dops) e do Exército invadiram a UnB e detiveram mais de 500 pessoas na quadra de basquete. Ao todo, 60 delas acabaram presas e o estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça, tendo passado meses em estado grave no hospital. (UNB, s/p)

As manifestações que ocorriam, não só na UNB, mais, em grande parte das instituições de ensino do país, foram desencadeadas a partir da morte do estudante secundarista Edson Luís (Edson Luís de Lima Souto) no Rio de Janeiro. O assassinato do estudante pela polícia militar, em 28 março de 1968, foi motivado por causa de uma manifestação contra o fechamento do restaurante estudantil Calabouço – que era tido pelos militares como o reduto dos comunistas - criando um clima de grande indignação por parte dos estudantes. Cerca de 50 mil pessoas compareceram ao seu velório e posterior ao enterro do jovem. Já na missa de sétimo dia, a PM atuou com grande truculência. Ao término da cerimônia religiosa que acontecia na Igreja da Candelária, a cavalaria entrou em confronto intenso com quem estava na missa, deixando diversas pessoas feridas. Em meio tanto acontecimentos que desencadearam conflitos armados entre o Estado e os alunos, a juventude desenvolve táticas de guerrilha urbana e rural, como descreve Ventura;

Os estudantes foram às ruas a lutar, quebravam tudo, aprenderam as táticas de guerrilha urbana- Os estudantes usaram o que as autoridades chamariam no dia seguinte de "as mais modernas técnicas de guerrilha urbana". Quando, depois, os correspondentes estrangeiros tentaram confirmar isso com Vladimir Palmeira numa entrevista coletiva, ele riu: "Tudo o que nós sabemos, aprendemos com a polícia" (VENTURA, 1998, p. 109).

Alguns países como México, Cuba, Bélgica e França deram apoio e lhes deram curso de guerrilha para que os estudantes lutassem com aquela barbárie toda que estava se passando no Brasil em 68. No Brasil tinha a ALN – Ação Libertadora Nacional, um grupo de guerrilha do campo, armada, comandada pelo Carlos Lamarca e Marighela.

Foi neste contexto que os estudantes sequestraram o embaixador Norte-Americano Charles Burke Elbrick. Em troca de sua liberdade exigiam a liberdade de 12 jovens políticos que estavam detidos no Brasil, entre eles estavam José Dirceu, Vladimir Palmeira.

No dia 18 de junho muitos estudantes formaram grupos e foram às ruas, e outros para Universidade Federal do Rio de Janeiro protestar contra o regime e ensino na universidade. No mesmo dia Jean Marc foi preso e outros 28 foram mortos brutalmente pela polícia da época. Dois dias depois, milhares de estudantes uniram-se no Teatro de Arena da Faculdade de Ciências Econômicas UFRJ e lá debateram com o reitor e o Conselho Universitário a situação do ensino superior. Ao saírem do prédio vários alunos foram recebidos pela polícia com agressões.

No dia 21 de junho milhares de estudantes universitários juntamente com a população foram às ruas e lá enfrentaram a cavalaria e a polícia armada, bolas de gude, pedras, tudo o que eles viam como armas eram usadas contra os PM's. A sociedade entra em cena, com os estudantes de seus apartamentos jogam máquinas de escrever, gelo, panelas, objetos domésticos, donde muitos policiais recuaram, outros ficaram gravemente feridos chegando até morrer por traumatismo craniano.

No dia 26 de junho ocorreu a chamada “Passeata dos Cem Mil” no Rio de Janeiro. Nesta manifestação cerca de 100 mil pessoas tomaram as ruas, fazendo então um grande protesto contra a Ditadura Militar. A manifestação é iniciada a partir de um ato político promovido por estudantes, políticos e até mesmo pessoas da sociedade civil, a ocasião foi na Cinelândia, que tinham como pretensão cobrar posturas mais significativas do governo frente aos problemas estudantis, sobre as mortes - principalmente de Edson Luiz. A passeata dos 100 mil teve grande adesão de diversos seguimentos da sociedade, sendo: intelectuais, artistas, padres e grande número de mães. Os manifestantes entoavam palavras de ordens pelo centro do Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas e Rio Branco -, pediam “abaixo a ditadura” e gritavam “o povo unido, jamais será vencido”, essas eram as principais palavras de ordem que emanavam naquele momento. Sem dúvidas, que esse momento representou uma voz altiva, que teve reflexo em outros movimentos sociais.

Com o aumento da repressão ocorrida no final dos anos 60 e início dos anos 70, o movimento estudantil sofreram a perda de várias lideranças representativas, mas

continuam atuando de maneira que seu movimento, não fosse suprimido, até não ter mais condições de manter-se frente ao regime militar. Em meados dos anos 1970, no bojo da reestruturação do movimento, organizações e partidos clandestinos passaram a ter representantes nas chamadas tendências estudantis. Organizações trotskistas saíram à frente e fundaram a corrente “Liberdade e Luta”, conhecida entre os estudantes como Libelu. A notável influência destas tendências no movimento estudantil da USP é identificada no processo eleitoral do DCE-Livre, em que são montadas chapas levando os nomes das tendências. Cada qual expressava um modo de enfrentamento diverso, apesar de algumas semelhanças. A “Refazendo” ganhou as eleições para o DCE em 1976 e 1977; a “Caminhando”, em aliança com a Refazendo, venceu as primeiras eleições da UNE reconstruída, em 1980; a “Liberdade e Luta” venceu as eleições para o DCE da USP em 1978. Em seguida o PC do B deu origem à “Caminhando” e organizações de luta armada, como a Ação Popular (AP), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Ação Popular Marxista Leninista (APML), deram origem à “Refazendo”.

“Politizar” o movimento estudantil implica alterar a dinâmica dos debates e deliberações coletivas de forma a tornar mais abrangente o seu processo de lutas, sendo que a atuação dos grupos ganha um papel destacado na medida em que procura estabelecer uma unidade política entre as diferenças a partir de uma perspectiva centralizada de ação coletiva (PELLICCIOTTA, 1997 p. 127).

A “Refazendo” se constituiu, então, como principal força dentro da USP, vencendo as duas primeiras eleições para o DCE em 1976 e 1977. As “tendências” estudantis dos anos 1970 mantinham o projeto socialista, mas seus caminhos eram diversos, influenciados por tradições teóricas diferenciadas. Para os trotskistas, a ação junto ao movimento operário era fundamental para transformar a luta econômica sindical numa consciência política mais nítida, na direção de um levante de massas. Organizações mais ligadas ao PCB, MR8 e PC do B apostavam em alianças entre estudantes, operários e setores da burguesia nacional. A esquerda católica, herdada da AP, enfatizava a construção de uma autonomia das bases como forma de garantir o enraizamento do movimento na sociedade.

O XXXI Congresso da UNE, o da reconstrução, seria realizado nos dias 29 e 30 de maio, tendo como palco a cidade de Salvador, capital da Bahia. Estado governado por Antônio Carlos Magalhães, dirigente da ARENA, sua

realização é a prova de que o Estado militar não possuía condições de barrar o processo de reorganização do movimento social brasileiro, não tendo outra alternativa senão aceitá-lo, até como meio de limitar seu crescimento. (PEREIRA, 2006 p. 153).

Podemos dizer que a principal luta dos estudantes a partir de 1977 foi a reconstrução da UNE. O congresso de refundação da UNE ocorreu nos dias 29 e 30 de maio de 1979, em Salvador. A disputa pela presidência da entidade era alvo de discussão e divergências entre as tendências. Destacamos também que os estudantes se aliaram aos trabalhadores nas greves salariais de 1978 ocorridas no ABC paulista.

### **2.3 O NOVO SINDICALISMO**

O golpe de 64 trouxe consigo instabilidades políticas e sociais. A representatividade do trabalhador estava fragilizada com o aparelhamento dos sindicatos e das medidas que o regime autoritário tomara, dentre elas podemos destacar o “arrocho salarial e “enrijecimento do direto trabalhista”, a cooptação dos sindicatos, que como Armando Boito Jr. (1991) fala, “é o estado quem outorga ao sindicato a representatividade de determinado seguimento dos trabalhadores, concedendo-lhe poder de negociação em troca do seu reconhecimento oficial” (p. 20). Percebe-se, em meio a este cenário, que os direitos fundamentais foram sumariamente suspensos ou inexistentes à época, sendo apenas permitidos aqueles autorizados pelo sistema repressivo altamente centralizada e seletivo.

Apesar do momento de dificuldade do sindicalismo no Brasil, sob o controle do Estado com sua “ideologia de legalidade sindical” (BOITO JR. 1991, p. 32), através de propostas. Os operários ainda conseguem, de certa forma, dar sinais de que estão dispostos a lutar pelo direito de salários melhores e fortalecimento dos sindicatos. Quando no ano de 1968, as vésperas do Ato institucional nº 05, eclode uma greve em Contagem - MG, a princípio sem muita força. Contudo, ela vai tomando corpo, chegando a paralisar o polo industrial de Contagem. Segundo Augusto Buonicore (setembro, 2006), essa greve chegou a parar 20 mil operários, que pediam por políticas salariais melhores, pedindo um reajuste de 25% no ganho mensal. O governo e patrões reagem com ameaças de demissão e ocupação policial das fábricas invadidas pelos grevistas. Apesar do “projeto do regime civil-militar de limitar a atuação da classe

trabalhadora, tradicionalmente ligada a uma atuação subversiva aos olhares do regime” (SILVA, 2011, p. 03), a história ainda irá registrar duas significativas greves que detiveram a atenção do regime “civil-militar”, a de Osasco e, no mesmo ano de 68, e a dos metalúrgicos do ABC paulista.

Em 1978, Luiz Inácio Lula da Silva junta-se a outros dirigentes sindicais (Jacó Bittar e Wagner Benevides, petroleiros; Olívio Dutra, bancário; João Paulo Pires, Henos Amorina e José Cicote, metalúrgicos; entre outros), que assim como Lula, partilhavam da mesma ideologia, para discutir a criação de um novo partido político. O auto denominado “novo sindicalismo” impulsionado a partir de São Bernardo do Campo contava com quadros formados pôr ele e pelos “círculos operários” da Igreja Católica. Como é amplamente conhecido, desde a greve do ABC, que abriu uma grande crise política no país, Luiz Inácio era recomendado pela eminência parda do regime militar fascista, o general Golbery do Couto e Silva, como uma reserva estratégica contra o avanço dos comunistas e outras forças de esquerda no meio sindical e popular.

Mais tarde Luiz Inácio juntamente com Fernando Henrique Cardoso e outras “personalidades” como Roberto Civita, Celso Lafer, Celina Vargas do Amaral Peixoto e Jacqueline Pitanguy. Vale recordar que foi posição unânime entre as correntes políticas que se denominavam marxistas à época, com raríssimas exceções, atacar Luiz Inácio de pelego empurrado pelas massas, assim que ocorreram as primeiras greves no ABC. Mas, assim que Luiz Inácio aderiu à tese de se criar o “Partido dos Trabalhadores”, toda essa gente mudou o tom e se tornaram seus adoradores (AGGIO, 1997).

Em 1º de maio de 1979, em São Bernardo, é lançado o manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores. Naquele período estava em curso o processo de transição do contingenciamento militar impulsionado pelo imperialismo e contando com a colaboração da esquerda brasileira, que, em quase sua totalidade, já havia imputado força perante a reação. A suspensão do AI-5, o pluripartidarismo e a lei da anistia, aprovados em 1979, marcavam um novo pacto social, o da conciliação, da colaboração de classes. Os dirigentes sindicais fundadores do PT, notoriamente anticomunistas, ganhavam projeção pelos monopólios de comunicação com a onda de greves operárias que sacudiam o Brasil.

O trajeto do sindicalismo brasileiro teve sua origem a partir do Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas. Com a “ideologia populista”, que deixou “bons frutos” da Era Vargas, referindo-se ao engajamento dessa postura ideológica, que

trazia satisfação para a classe operária da época. Embora o golpe de 64, tenha retroagido nas políticas de incentivos, nos sindicatos, no tocante, a autonomia da escolha dos líderes, e na legitimidade da instituição representativa da classe operária, em 1966 foi criado o FGTS e reforma tributária, a fim, de acelerar o crescimento. Essas medidas trouxeram “vantagens e desvantagens”, para a classe trabalhadora.

O fim da estabilidade no trabalhador após dez anos na mesma empresa, causou insatisfação para grande maioria, por outro lado com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que visa indenizar o empregado sem demissão sem justa causa. Essa medida causou amplas discussões nos movimentos proletários, findando somente com a Carta Magna de 1988, fixando somente o FGTS com benefício pós-demissão.

A eclosão do movimento dos trabalhadores no começo de 1978 empolgou o país e ajudou a dar uma dimensão social à crescente oposição ao regime autoritário. Houve, porém, uma grande discordância quanto às implicações políticas da nova atividade operária. Longe de ser um debate acadêmico, as diferentes avaliações analíticas dos acontecimentos refletiam e contribuíram para os debates sobre a forma da transição brasileira, sobre até que ponto mudanças sociais eram possíveis e os tipos de instituições que melhor implementariam o movimento em direção à democracia (KECK, 1988, p. 400).

Margaret E. Keck elucida muito bem acima o trajeto os movimentos operários – “novo Sindicalismo, e a busca por condições melhores de salários, ou seja, direitos trabalhistas.

## CAPÍTULO II

### AS PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS DA DÉCADA DE 1980

#### 2.1 O CONCEITO E OS TIPOS DE CULTURA POLÍTICA

O conceito de cultura política surgiu em 1963 no livro *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nation*, que foi escrito pelos norte-americanos Almond e Verba, que pretendiam entender o desenvolvimento das sociedades democráticas, especialmente o comportamento dos cidadãos em relação à política. Nesse livro, Almond e Verba, apontaram a existência de três tipos de cultura política: paroquial, sujeição e participativa.

A cultura política paroquial seria característica das sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas. Estas sociedades seriam caracterizadas ainda por baixos níveis de participação política e associativa, na medida em que os agentes têm uma visão limitada das estruturas de incorporação e resposta às demandas individuais e coletivas. A cultura política de sujeição ocorreria naquelas sociedades, onde os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas. Por fim, a cultura política da participação caracterizaria os sistemas nos quais as percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político são equilibradamente distribuídos entre as estruturas. A cultura política seria:

Assim, poderemos dizer, a modo de ilustração, que compõem a Cultura política de uma certa sociedade os conhecimentos, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças Políticas operantes num determinado contexto; as tendências mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc.” (SANI, 1998, p. 306)

De acordo Ângela de Castro Gomes a “cultura política integra fenômenos políticos de média e longa duração”. Segundo essa autora há uma diversidade de

culturas políticas na sociedade que competem entre si, contudo, há sempre uma que se destaca e se torna dominante (GOMES, 2005, p. 31). Serge Bernstein, por sua vez, afirma que:

Tal como surge aos olhos dos historiadores, a noção de cultura política está pois estreitamente à cultura global de uma sociedade, sem, todavia, se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não poderia, pois, haver antinomia, uma vez que a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de se mesma, do seu passado e do seu futuro. (BERSTEIN, 1998, p. 352-353)

A cultura política refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública.

O conceito de cultura política ganhou força no Brasil após 1980, devido à articulação entre a nova História Política e História Cultural, contudo, ele tem sofrido várias críticas porque dizem que ele naturaliza os regimes democráticos e os parâmetros de cidadania, além de se utilizar de metodologias quantitativas e desconsiderar a complexidade dos fenômenos culturais (GOMES, 2005, p. 30).

Apesar dessas críticas, acreditamos que o conceito de cultura política é bastante instrumental para pensar a trajetória do processo de democratização do Brasil, na medida em que esse conceito pode nos ajudar a entender a forma como os brasileiros vem se relacionando com a política, especialmente, após os anos de 1980.

## **2.2 . CARACTERÍSTICAS DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO**

Segundo o “Dicionário de Política”, de Norberto Bobbio, na teoria contemporânea de democracia confluem três tradições: 1) Teoria clássica aristotélica: das três formas de governo, monarquia, aristocracia e democracia (governo do povo, de todos os cidadãos); 2) teoria medieval, de origem romana de soberania popular, na qual o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transforma por delegação do superior para o inferior; e a 3) teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes

monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (BOBBIO, 1998)

A democracia pode ser tipificada por mais de um regime, desde que seja adotado algumas formas de classificação. O regime presidencialista e o parlamentar são um fiel exemplo de tipificação de um regime democrático. No parlamentar, o poder executivo governa o estado, mas fica a cargo do parlamento a prestação de conta ao povo que o elegeu. No regime presidencial, o governante é eleito diretamente pelo povo (BOBBIO, 1998, p. 327).

Outra característica típica de regime democrático é a pluralidade de partidos, ou até mesmo o bipartidarismo, não podendo haver uma democracia unipartidária ou sistema monopolar. Dessa forma diversificada, abre-se a “bipolaridade”, ou seja, a distinção de situação e oposição – direita e esquerda – partindo dos princípios ideológicos do que se entende de polaridade partidária (BOBBIO, 1998, p. 327-28).

Certamente nenhum regime histórico jamais observou inteiramente o ditado de todas estas regras; e por isso é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos. Não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa dizer-se democrático. Pode afirmar-se somente que um regime que não observa nenhuma não é certamente um regime democrático, pelo menos até que se tenha definido o significado comportamental de Democracia” (BOBBIO, 1998, p. 27).

E. Wood (2003) esclarece que a democracia, aproxima mais os envolvidos, colocando-os dentro de uma relação de coordenação, mais do que de subordinação. Por esta noção, os governados não são súditos, mas sim cidadãos, e não obedecem, mas permitem a conservação do poder pelos governantes. Estes, por sua vez, não são os donos do poder, exercendo o em nome do povo, verdadeiro título de soberania, sendo encarregados funcionais pela organização da sociedade e pela proteção do interesse público. Ao exercer sua função, o governante é apenas detentor do poder, como se fosse um funcionário da posse sobre ele.

Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e igualdade cívicas. Os produtores primários não são juridicamente dependentes nem destituídos de direitos políticos. Na antiga democracia, a identidade cívica também era dissociada do status socioeconômico, e nela a igualdade política também coexistia com a desigualdade de classe (WOOD, 2003, p. 173).

Pensando de maneira mais abrangente, embora à sua época, René Rémond (2002) afirma que, a democracia tem que estar permeada em todas as camadas, não apenas no acesso de uma instituição jurídica e seus afins. Rémond nos dá uma boa explicação, de como a democracia serve como balizador universal, seja através, da escolha do governante pelo voto popular, seja pela busca do equilíbrio entre os poderes que balizam uma sociedade. Seguindo esse prognóstico Rémond no diz como se pode chegar a “uma evolução perfeitamente conforme as suas idéias, a democracia não se interessa apenas pela igualdade jurídica e civil, mas também pela igualdade social, cujas aplicações e conseqüências só se revelarão aos poucos” (RÉMOND, 2002, p. 36).

No Brasil a experiência democrática é recente, remontando aos anos de 1980. Contudo, se analisarmos os textos produzidos neste período podemos notar que o futuro do Brasil não estava definido nesse período e que os agentes possuíam muitas expectativas e temores em relação a esse futuro.

Em um artigo escrito no final dos anos de 1980, Fernando Henrique Cardoso afirma que havia uma disputa entre os sujeitos históricos na época da redemocratização, embora houvesse um consenso em relação às ideias liberais democráticas, que remontam a Locke, Rousseau e Montesquieu. Para esse sociólogo, cabia aos brasileiros fortalecerem o sujeito coletivo (sindicato, movimentos e partidos) para que pudesse haver uma menor desigualdade social no Brasil entre o “arbitrio e a exploração” (CARDOSO, 1988).

O pensamento de Cardoso condiz com as observações de René Rémond (2000) ao relacionar a democratização da sociedade com a necessidade de se promover uma maior inclusão social. Tudo indica que, na visão dos intelectuais brasileiros, não bastava haver eleições para haver democracia, era preciso também combater as desigualdades de classes e fortalecer as instituições da sociedade civil.

### **2.3 OS INTELECTUAIS BRASILEIROS E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA DÉCADA DE 1980**

A partir do final dos anos de 1970, os intelectuais brasileiros, de forma mais recorrente, se propuseram a pensar o processo de transição democrática. Essa reflexão levou a organização de eventos e a publicação de livros que tratavam do tema da democracia no Brasil. Em junho de 1979, foi realizado um Seminário sobre Direito,

Cidadania e Participação na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. Esse Seminário foi organizado pelo CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), com o patrocínio da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e Fundação Ford. A partir das discussões desse Seminário foi realizado uma coletânea de textos, intitulada *Direito, cidadania, participação*, organizada por Bolivar Lamounier, Francisco W. Weffort e Maria Victória Benevides, que foi publicada em 1981. Essa coletânea é uma das inúmeras obras e discussões que foram produzidas nos anos de 1980 que tratam da questão democrática. Entre outras coletâneas que foram escritas, podemos citar o livro *Democratizando o Brasil* (1988); *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas* (1988), *Dilemas da consolidação democrática* (1989) e *Da distensão à abertura: as eleições de 1982* (1988)<sup>1</sup>.

### Quadro 1

#### AUTORES QUE PARTICIPARAM DO SEMINÁRIO DIREITO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Nome	Formação
<b>Raimundo Faoro</b>	Foi um jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, de 1977 a 1979, e membro da Academia Brasileira de Letras
<b>Mário Brockmann Machado</b>	Doutor e Mestre em Ciência Política pela University of Chicago. Bacharel em Direito pela PUC-RJ. Foi professor do IUPERJ e da UFMG, de cujo departamento de Ciência Política foi chefe. Foi professor-visitante da UFRJ e da PUC-RJ. Chefiou Centros de Pesquisa na UCAM (IHSOB) e UERJ (Nepes). Na área governamental, foi diretor, vice-presidente e presidente interino da Finep, e presidente da Funarte e da Casa de Rui Barbosa. Professor Titular da FGV DIREITO RIO.
<b>Hélio Pereira Bicudo</b>	É jurista e político brasileiro, militante de direitos humanos, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1947
<b>Pedro Sampaio Malan</b>	Formou-se engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965, e conquistou um doutorado em economia pela Universidade de Berkeley.
<b>Francisco C. Weffort</b>	É cientista político brasileiro. Foi membro do Partido dos Trabalhadores, foi Ministro da Cultura durante o governo FHC
<b>Marcos Coimbra</b>	Foi um advogado, diplomata e político brasileiro

<sup>1</sup> O livro *Democratizando o Brasil*, foi organizado pelo cientista político Alfred Stepan. O livro *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, foi organizado pelo politólogo argentino Guillermo Alberto O'Donnell. Já a obra *Dilemas da consolidação democrática*, foi organizado pelo cientista político José Álvaro Moisés e pelo sociólogo José Augusto G. Albuquerque. Tem também a coletânea *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*, organizada pelo cientista político norte-americano David Fleischer.

<b>Bolívar Lamounier</b>	Bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1964 e Doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (1974). Foi o primeiro diretor-presidente do IDESP, escrevendo freqüentemente para os mais importantes veículos da imprensa brasileira
<b>Joaquim de Arruda Falcão Neto</b>	Doutor em Educação pela University of Génève. LLM pela Harvard Law School. Graduado em Direito pela PUC-Rio. Diretor da FGV Direito Rio. Professor da Graduação e do Mestrado em Direito da Regulação
<b>Paulo Sérgio Pinheiro</b>	Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. Graduação em License en Sociologie pela Unviersité de Vincennes, Paris. Doutorado em Troisième Cycle, Doctoral ès études politiques pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, PARIS 1, França.
<b>Clóvis Cavalcanti</b>	Economista ecológico, escritor, professor da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e presidente de honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco)
<b>Alberto Venâncio Filho</b>	Jurista, professor e historiador brasileiro. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ.
<b>David Trubek</b>	Bacharel em Direito, Faculdade de Direito de Yale
<b>Fabio Konder Comparato</b>	Advogado, escritor e jurista brasileiro, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
<b>Luís J. Werneck Viana</b>	Graduou-se em Direito (1962), pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e em Ciências Sociais, em 1967, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obteve seu doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo.
<b>Paul L. Singer</b>	É economista e professor brasileiro, nascido na Áustria
<b>Wanderley Guilherme dos Santos</b>	Cientista político brasileiro, autor de vários livros e artigos na área de Ciências Sociais. Notabilizou-se a partir do texto "Quem vai dar o golpe no Brasil" - que prenunciou o golpe de Estado e a possível derrubada do presidente João Goulart em 1964 e se tornou referência bibliográfica nos meios acadêmicos.
<b>Celso Lafer</b>	Jurista, professor, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro.
<b>Eduardo Seabra Fagundes</b>	Bacharelou-se em março de 1932 pela Faculdade de Direito do Recife, e foi designado, no mesmo ano, em ato assinado por Getúlio Vargas, para o cargo de procurador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Em 1935, com apenas 25 anos, na qualidade de representante dos advogados, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação do Estado. A partir de 1945, representou o Rio Grande do Norte como interventor federal e presidente do Tribunal de Justiça. Foi eleito presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 11 de agosto de 1954.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo\\_Faoro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo_Faoro); <http://www.escavador.com/sobre/2811801/mario-brockmann-machado>; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hélio\\_Bicudo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hélio_Bicudo); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro\\_Malan](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Malan); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Weffort](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Weffort); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolívar\\_Lamounier](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolívar_Lamounier);

[cienciaqueefaco.mast.br/index.php/2-uncategorised/302-joaquim-falcao-1.htm](http://cienciaqueefaco.mast.br/index.php/2-uncategorised/302-joaquim-falcao-1.htm); [cloviscavalcanti.blogspot.com.br](http://cloviscavalcanti.blogspot.com.br);  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo\\_S%C3%A9rgio\\_Pinheiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_S%C3%A9rgio_Pinheiro); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto\\_Venancio\\_Filho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Venancio_Filho);  
<https://law.wisc.edu/profiles/index.php?iEmployeeID=221>; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Werneck\\_Vianna](https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Werneck_Vianna);  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul\\_Singe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Singe); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Wanderley\\_Guilherme\\_dos\\_Santos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wanderley_Guilherme_dos_Santos);  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bio\\_Konder\\_Comparato](https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bio_Konder_Comparato); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel\\_Seabra\\_Fagundes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Seabra_Fagundes);  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Celso\\_Lafer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Lafer).

No Quadro acima, estão reunidos cientistas políticos, economistas e juristas, que se debruçavam nesse Seminário, sobre como entender o cenário que o Brasil se encontrava naquele momento, e ao mesmo tempo, faziam o prognóstico para que esse mesmo cenário pudesse evoluir para uma redemocratização. Muitos desses intelectuais eram professores e membros da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Analisando os textos dessa coletânea, podemos perceber quais eram as críticas, as expectativas e os projetos que os intelectuais tinham para o futuro do Brasil nos anos de 1980.

Logo no primeiro texto, Falcão Neto (1981, p. 03), ao falar da cultura jurídica e da participação destaca que tendo em vista que nas sociedades modernas não é possível a participação direta dos cidadãos, tornava-se necessário aperfeiçoar a representação coletiva. Nas suas palavras: “O ideal democrático – atuando como ideia-força – aponta para o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de participação popular nas decisões públicas”.

A preocupação desse autor é sobre como a cultura jurídica liberal e sobre como a sua relação com a democracia afeta o cotidiano e a participação de todas as classes sociais. Segundo o autor a cultura jurídica dominante, de base liberal, em vez de aproximar, pode afastar a nação do ideal democrático” (NETO, 1981, p. 5).

A cultura jurídica busca, em última análise, a garantia do (r)estabelecimento das relações democráticas, de forma que todas as pessoas possam participar sem qualquer melindre dos processos de interação com a justiça. O foco do reconhecimento, nos casos de transições políticas, está voltado para aqueles cidadãos que foram perseguidos ao longo de um regime de exceção e que perderam suas condições de participação na vida social. Reconhece-se, portanto, os equívocos provocados pela ação autoritária do Estado, bem como a legitimidade da resistência dos opositores ao regime de exceção (NETO, 1981, p. 8).

O poder judiciário deve a sociedade um processo de integração social correspondente à possibilidade de os sujeitos construírem uma imagem positiva de si próprios, e de quem as representam, a partir das experiências intersubjetivas que os

colocam em uma situação de reconhecimento por seus parceiros de interações, de modo que cada parte possa se sentir parte relevante no processo de construção de uma sociedade moralmente justa. A grande questão em países que, como o Brasil, passaram por um processo autoritário é que essas possibilidades de interação intersubjetivas foram rompidas, no sentido de que não só foram excluídas todas as pessoas que discordaram do regime, como também foram perseguidas e taxadas de traidoras da pátria ou terroristas, contribuindo para a consolidação de uma imagem negativa desse grupo divergente. É nesse ponto que Falcão Neto, fala um pouco cético sobre a “sociedade de classes”:

Fácil também de perceber o quão difícil é pressupor que numa sociedade de classes, como a nossa, as relações entre os cidadãos se caracterizem pelo vínculo de coordenação. Essa pressuposição idealiza as relações sociais. Formaliza a realidade. Obscurece-lhe a natureza. No máximo corresponde a algumas relações interclasses. Nas relações interclasses privilegia os que detêm o poder político econômico (NETO, 1981, p. 10).

Nota-se que esse jurista faz uma crítica ao formalismo do judiciário brasileiro que embasado em uma cultura liberal democrática não consegue aproximar o Estado da sociedade civil e muito menos promover, na prática, uma a igualdade de direitos que são instituídas pelas leis.

Fabio Konder Comparato afirma que em uma democracia é preciso haver liberdade individual e que a excessiva ênfase no discurso da segurança, como ocorreu na ditadura militar, pode suprimir essa liberdade e comprometer a democracia. Ademais, para ele a democracia não seria forma de governo, mas, regime político, que se define em função do “titular último do poder político e não no modo – monárquico, aristocrático ou popular do exercício de poder”. Na visão de Comparato:

Qualquer que seja a acepção em que se tome a ideia de democracia, ela implica, sempre a possibilidade de decisão ao de ação do povo segundo sua própria determinação, sem coações externas ou situações de cisão radical que impeçam essa autodeterminação (guerra civil). Democracia significa, pois, um regime de autonomia do povo e não de heteronomia. Como tal, a ideia democrática está indissolivelmente ligada ao valor de liberdade, concebida esta, justamente, como a faculdade de todos e de cada qual se decidirem ao agirem, seguirem ou agirem, segundo sua própria determinação. (COMPARATO, 1981, p. 198-199).

O problema visualizado por Comparato é que na história do Brasil, houve mais preocupação com a segurança que com a liberdade (COMPARATO, 1981, p. 213). Em

outros termos poderíamos dizer, que o autor está se referindo a existência de uma cultura política autoritária que nos foi legada desde a Colônia. Esta cultura política seria a razão dos brasileiros acreditarem que apenas um governo forte, como a ditadura Vargas e militar, poderiam resolver os problemas brasileiros.

Weffort (1981, p. 139), pensando o contexto brasileiro, também nos ajuda a problematizar o fenômeno democrático, ao questionar a dificuldade de se incluir a classe operária em uma “democracia de ordem burguesa”. Para ele é preciso haver uma articulação entre liberdade política e igualdade social para existir uma democracia. Em síntese, na visão desse cientista político é preciso haver um combate a desigualdade e uma maior inclusão dos trabalhadores brasileiros.

Para Weffort, o ensaio da democracia brasileira teria ocorrido entre 1945 e 1964. Os limites dessa época teriam sido o “caudilhismo” plebiscitário e as ameaças de golpe de Estado, que precarizaram o reconhecimento dos trabalhadores como a “própria comunidade cívica”. Para esse autor os trabalhadores seriam cidadãos de segunda classe, porque haviam sido tutelados pelo Estado desde 1930, mediante o controle estatal dos sindicatos (WEFFORT, 1981, p. 141-144).

Neste artigo, Weffort fala do aprendizado histórico que foi dado pelo autoritarismo desencadeado pelo golpe de 1964, haja vista que nessa época acreditava-se que os militares iriam assegurar a defesa da liberdade, quando na verdade implantou-se um severo regime autoritário. Diante do fracasso da “democratização autoritária” restava ao Brasil no início dos anos de 1980, empreender uma “democratização progressiva da sociedade e do Estado” (WEFFORT, 1981, 150).

Nos três textos que selecionamos para analisar, pertencente à coletânea *Direito, cidadania, participação*, podemos notar que os intelectuais brasileiros estavam fazendo uma avaliação do passado recente brasileiro para compreender quais eram as possibilidades da democracia se consolidar no Brasil. Nota-se também que há certo consenso que para haver democracia é preciso combater as desigualdades sociais, valorizar a importância da liberdade individual e as instituições sociais, tais como partidos, sindicatos e judiciário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar o processo de transição democrática no Brasil. Por essa razão destacamos alguns movimentos sociais que atuaram desde 1974 até os anos de 1980, fazendo oposição à ditadura militar. Analisamos também algumas ideias que circularam nesse período para compreender quais eram as expectativas e desafios do processo de redemocratização do país.

Analisando as proposições históricas e políticas da questão da liberdade democrática, percebe-se um nítido conflito entre os entendimentos. É o choque entre a liberdade natural e a liberdade civil, e, as dissertadas em Bobbio, liberdade positiva e liberdade negativa. Tem-se, nas teorias contratualistas (Locke, Hobbes, Rousseau) a concepção de uma liberdade natural, que está inscrita na vida humana e é anterior à existência das sociedades. Seria uma liberdade que corresponde ao “direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar” (ROUSSEAU, 1983, p.36). Por isso, a formação da sociedade, se tratando de um contrato, faz com que o homem abra mão desse direito, dessa total liberdade e receba a liberdade civil, um conjunto de direitos que respeitam e preservam sua existência, assim como a de seu semelhante, ou seja, atribui-se certos limites à vida e às ações em sociedade civil.

Em relação ao contexto brasileiro, observa-se que apesar de ter durado mais de duas décadas, a ditadura já estava em desgaste havia muito tempo. A sociedade reivindicava as liberdades individuais restringidas e exigia que os presos políticos fossem soltos, mas, mesmo com toda essa pressão, naquele momento o país não mostrava sinais claros de retornar à democracia. O livro organizado por Lamounier, Weffort e Benevides apresenta o que os intelectuais pensavam sobre aquele momento histórico e o quanto a democracia é crucial para o Brasil.

Os textos analisados principalmente da coletânea *Direito, cidadania, participação, Democratizando o Brasil*, deixam claro que, para que no Brasil pudesse construir uma cultura política democrática era preciso revisitar o nosso passado histórico e entender que o êxito do pensamento autoritário no Brasil estava relacionado à forma como a população brasileira vem se relacionando com a política desde o período colonial. Essa relação foi sempre permeada por práticas clientelísticas e por uma cultura de sujeição ao aparato estatal, que acreditam que os direitos adquiridos são benesses de um governo benfeitor.

De fato, as questões colocadas na década de 1980 estão candentes e atuais, pois, para que haja um governo efetivamente democrático no Brasil é preciso que em diferentes partes do território brasileiro e para diferentes classes sociais haja respeito tanto aos direitos civis (propriedade, locomoção, expressão, acesso à justiça, etc.) como aos direitos políticos (votar e ser eleito). Sem esquecer os direitos sociais (emprego, educação, saúde, lazer, etc.) que também precisam ser assegurados. Eis o grande desafio dos Estados e da sociedade capitalista contemporânea: promover o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano, fornecendo condições para que as pessoas vivam com dignidade.

### SITES DA INTERNET PESQUISADOS

Folha de S. Paulo – Goffredo, 90: País não vive democracia plena < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1605200510.htm>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

Folha de S. Paulo - André Luiz Ghedine, Danilo Janúncio Alves, Elaine Muniz Pires, Sérgio Bechara: Almanaque da Folha < [http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura\\_cronologia.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm)>. Acesso 11 de fevereiro de 2016.

UnB - Universidade de Brasília – Invasões < [http://unb2.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://unb2.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes)>. Acesso 20 de março de 2016.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. **Revolução e democracia no nosso tempo**. Franca, Unespa, 1997, p. 101 – 134.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005.

BARRIENTOS, Miguel. **Federalismo comparado entre Brasil e Argentina**: o poder dos governadores desde a redemocratização. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2009.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In. RIOUX, Jean-Pierre. e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-364.

BETTO, Frei. **Lula Biografia Política de um Operário**. 2 ed. São Paulo: Clube do Livro Ltda, 1989.

BOITO JR., Armando. O sindicalismo brasileiro nos anos 90. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política: verbete “Democracia”. Vol. 1, 11 ed. Brasília, Universidade de Brasília. 1998, p. 319 – 329.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: BOUNICORE, Augusto. **O 1968 Operário**. Unicamp; 1 ed. 2006.

CABRAL, Otávio. **Dirceu. A Biografia**. 1º ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Record 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e democracia. In: FLEISCHER, David (Org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília; UnB, 1988. p.37-59.

COMPARATO, Fabio Konder. Segurança e democracia. In: LAMOUNIER, Bolívar. WEFFORT, Francisco C. BENEVIDES, Maria Victória (orgs.). **Direito, cidadania, participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano 4**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. GOUVEA, Maria de Fátima Silva, et all. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

GREGÓRIO, Mariany. **Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. Florianópolis, n 3, 2007.

KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 381-440. STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Tradução Ana Luiza Pinheiro. Et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da Ditadura à Democracia, 1964-1990**, 1 ed. Março/1991.

NAPOLITANO, Marcos. **Discutindo a História do Brasil**: O regime militar brasileiro: 1964-1985, 4 ed. Saraiva S.A. 2008.

NETO, Joaquim de Arruda F. Cultura jurídica e democracia: a favor da democratização do judiciário. In: LAMOUNIER, Bolivar, WEFFORT, Francisco C. BENEVIDES, Maria Victória (Orgs.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p. 03 – 20.

PELLICCIOTTA, M. M. B.: **Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas-SP, 1997.

PEREIRA, M. C. **Tecendo A Manhã: História do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas-SP, 2006.

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815 –1914**, 8. ed. São Paulo: Citrix, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: abril Cultural, 1983.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et all. **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 306-308.

SILVA, Claudiane Torres da. **A ditadura civil-militar e o Direito do Trabalho no Brasil**, ANPUH, São Paulo. Julho/2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Brasil, em direção ao século XXI*. IN: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via para a democratização: 1974-1985. In. STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 27-81.

VENTURA, Zuenir. **1968: O Ano que não terminou**. 11 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1988.

VILELA, Janaína Alcântara. O papel do direito do trabalho e dos sindicatos na época da ditadura militar. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 102, jul. 2012.

WEFFORT, Francisco C. Por que democracia? 1974-1985. In. STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 483-518.

WOOD, Ellen M. **Democracia Contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.